

EDUCAÇÃO PRISIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO E A COMPLEXIDADE DO TRABALHO DO PROFESSOR

AGUILAR, Maria Letícia da Silva Dias¹
marialeticiasilvad@gmail.com

DOMINSCHEK, Desire Luciane²
desire.d@uninter.com

RESUMO

O presente trabalho, busca trazer relevância para o trabalho do professor nos espaços prisionais, através da pesquisa bibliográfica e documental. Abordando aspectos pertinentes a historicidade das prisões, as principais leis que garantem o direito à educação dos aprisionados, bem como os primeiros processos educativos implementados, suas contradições e dificuldades, pois mesmo com alguns avanços, a educação prisional, ainda não apresenta resultados satisfatórios. Problematiza a formação do professor, onde fica evidente que a formação inicial não garante uma formação adequada para o exercício educativo nas prisões, faz-se necessário assim, recorrer a formação continuada. O artigo aponta a relevância da educação, e os benefícios que esta pode trazer, como a autovalorização do aprisionado, possibilitando uma nova visão sobre a vida, o que torna possível almejar um futuro melhor, após o cumprimento da pena e o retorno a sociedade.

Palavras-chave: Educação. Professor. Espaços Prisionais.

INTRODUÇÃO

A prática de recolhimento de homens pobres remonta a Europa no século XVII. O filantropo John Howard foi uma das primeiras pessoas a trazer discussões sobre as punições praticadas na época de 1770, suas ideias eram a de não mais eliminar o criminoso, mas recuperá-lo para a sociedade, utilizando a estratégia de educar o corpo com a disciplina carcerária, pois para ele, assim seria possível iluminar a mente do indivíduo (BRESCIANI, 1986, p.19). Analisando a historicidade é possível compreender como e porque

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia no Centro Educacional Internacional UNINTER.

² A produção do presente artigo contou com a orientação da Prof.^a Desiré Luciane Dominschek Lima, coordenadora do grupo de Iniciação Científica Ghesp: Grupo de História, Educação, Sociedade e Política no Centro Educacional Internacional UNINTER.

algumas questões se dão no contexto atual. O Parecer CNE/CEB nº 4/2010, garante aos privados de liberdade o direito a educação, dessa forma, o professor começa a ter espaço nas prisões. No entanto, é necessário fazer algumas análises e reflexões a respeito do papel que este professor exerce dentro desses espaços, suas complexidades e fatores que dificultam o efetivo exercício da sua função.

A educação prisional, é uma modalidade recente, comparada com a historicidade das prisões, de acordo com o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, a primeira penitenciária do estado data o ano de 1909, já o primeiro sistema educacional possui registro somente no ano de 1982. Por motivos como estes, percebe-se a importância de trazer visibilidade aos profissionais que atuam nesses espaços, analisando os aspectos históricos e realizando uma análise da formação desses profissionais para atuar nesses espaços não escolares

É possível destacar algumas das dificuldades encontradas no exercício do trabalho do professor, uma delas é a cultura prisional. De acordo com Onofre “a cultura prisional, caracterizada pela repressão, pela ordem e disciplina, visa adaptar o indivíduo ao cárcere e aponta para um tempo-espaço que determina mecanicamente as ações dos indivíduos”. (ONOFRE, 2012, p.206). Ou seja, o trabalho do professor nos espaços prisionais, possui uma enorme complexidade, pois é preciso que esse profissional se adapte a um ambiente totalmente diferente do escolar, com suas regras e funcionamento próprio, para que assim ele possa realizar um trabalho efetivo.

Nos espaços prisionais se encontram pessoas que já possuem uma experiência de vida, que trazem consigo diferentes crença e culturas, dividindo um espaço não convidativo. Sendo a prisão um espaço nada acolhedor, conforme retrata Onofre (2012, p. 207, apud Rangel 2009, p. 12):

“As prisões são espaços complexos onde se encontram e concentram todas as dificuldades da sociedade em matéria de educação - fracasso escolar, analfabetismo, gestão da diversidade, exclusão social, etc. Nesse sentido, se constitui verdadeiro desafio e compromisso governamental convertê-las em espaços educativos”.

Além do cumprimento da pena, esses espaços são propícios a juízos de valor, sempre culpabilizando o indivíduo que ali se encontra, faz parte desses discursos a ideia que esses indivíduos não mereçam estudar. Essas são

questões importantes para reflexão, pois o professor enfrenta diversas dificuldades, para desenvolver um bom trabalho e com verdadeira efetividade. Outra questão importante, trata-se da formação inicial do professor, que não consegue suprir as necessidades para o trabalho na prática. Essa questão se dá nos espaços de privação de liberdade, pois não há uma formação específica para os professores, principalmente analisando que esse profissional precisa ter uma boa desenvoltura, empatia, organizar um bom trabalho e saber lidar com as adversidades, que por vezes podem desmotivar esse educador, visto que essa função é de extrema importância nesses espaços.

Este estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e de campo visando alcançar os objetivos propostos. Inicialmente, será feita uma revisão bibliográfica para descrever os fatos históricos que demonstrem a relação entre as questões políticas que impactam a educação nas prisões. Segundo Severino (2008, p.122) “pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registros disponíveis, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”, ou seja, o pesquisador trabalha a partir de registros dos estudos analíticos feitos anteriormente sobre o assunto pertinente a pesquisa. A pesquisa de campo é relevante para

“Na pesquisa de campo, o objeto/ fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos.”

A pesquisa de campo, é relevante, pois através dela, é possível captar as experiências de quem já esteve presente, e assim obter uma visão mais abrangente sobre as problemáticas que serão abordadas no presente trabalho.

A FUNÇÃO DA ESCOLA E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL

Na medida da existência humana, o homem necessita interferir na natureza para sua própria subsistência. Por esse motivo os processos

educativos se fazem presentes nas mais diversas sociedades, com ensinamentos passados de geração para geração, por esse motivo é perceptível que a educação está presente desde o surgimento do homem. De acordo com Saviani:

Efetivamente, a educação aparece como uma realidade irreduzível nas sociedades humanas. Sua origem se confunde com as origens do próprio homem. Na medida em que o homem se empenha em compreendê-la e busca intervir nela de maneira intencional, vai se constituindo um saber específico que, desde a Paidéia grega, passando por Roma e pela Idade Média chega aos tempos modernos fortemente associado ao termo pedagogia (SAVIANI, 2007, p.100).

Mesmo nas sociedades mais remotas os processos educativos se faziam presentes, os ensinamentos culturais e de sobrevivência eram passados oralmente de membro para membro, pelas gerações. Um forte exemplo são as comunidades indígenas que viviam no Brasil colônia, Conforme dito por Saviani:

Não havia instituições específicas organizadas, tendo em vista atingir os fins da educação. Por isso a educação era espontânea. E cada integrante da tribo assimilava tudo o que era possível assimilar, o que configurava uma educação integral. (SAVIANI, 2019, p. 38).

Com o decorrer do tempo, com as navegações, territórios começaram a ser colonizados por outros países, como é o caso do Brasil, que além de povoado foi aculturado por Portugal. Com essa nova estruturação da sociedade brasileira, os processos educativos começaram a mudar e a educação passou a ser ensinada de outra forma.

O princípio educativo e registro das primeiras escolas no Brasil, são conduzidos historicamente pelos jesuítas, com autorização e incentivo da coroa de Portugal, com a ideia principal de catequizar e converter os indígenas ao catolicismo. A influência jesuítica, refletiu a forte predominância da pedagogia tradicional, que foi amplamente utilizada no sistema de ensino brasileiro.

Sobre esta tendência pedagógica, Saviani (2018) destaca que “A escola organiza-se como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural a seus alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos”. (SAVIANI, 2018, p. 6). Nessa perspectiva de ensino, o professor tem a função de passar os conteúdos, como detentor primordial do saber e os alunos possuem um papel

passivo e sem reflexão frente ao professor.

É importante destacar que desde o século XVIII esta tendência vem recebendo críticas e que Marquês de Pombal ao expulsar os jesuítas do Brasil em 1759 abre já uma discussão sobre a organização pedagógica do sistema de ensino brasileiro. No final do século XIX na Europa a perspectiva tradicional acumulava críticas quanto ao rigor no ensino memorizado e na concentração do ensino voltado para a figura do professor. Estas críticas fortaleceram novas abordagens epistemológicas como da escola ativa nos apresentando a teoria da Escola Nova, que pretendia ver o aluno como o centro do processo, sendo o professor um facilitador da aprendizagem.

Para Saviani (2018) “em suma, trata-se de uma teoria pedagógica que considera que o importante não é aprender, mas aprender a aprender (SAVIANI, 2018, p. 8). No entanto, o escolanovismo não conseguiu obter um ensino de qualidade democrático, pois os custos eram muito mais altos do que a pedagogia tradicional, então este ensino permaneceu nas mãos das elites.

Novamente a proposta educativa apresentada não permaneceu, na primeira metade do século XX o escolanovismo não se estabeleceu, em seguida uma nova perspectiva foi implementada, desta vez o tecnicismo, uma pedagogia não crítica, que buscava preparar o indivíduo para o trabalho de forma fragmentada. Para Saviani (2018)

Na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são a condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos da sua intervenção. (SAVIANI, 2018, p. 11).

Ou seja, o tecnicismo trazia a importância da máquina e da produtividade acima do papel educativo e da relação de trocas entre professor e do aluno. Contribuindo assim para a permanência de uma pedagogia não crítica.

A escola possui um papel fundamental pois o ensino é democratizado, ali os sujeitos trocam experiências, criam laços, aprendem a viver no coletivo e tem contato com os conteúdos curriculares, estes que possibilitam a

humanização do ser humano, permitindo a integração do indivíduo em sociedade.

A Pedagogia histórico crítica, teoria do professor Dermeval Saviani, propõe um ensino interligado com a política, que possui o intuito de emancipar os alunos, de forma que estes tenham a consciência que o ensino não é neutro, mas que possui relação com o tipo de sociedade capitalista que estamos inseridos e que os investimentos na educação, ou a falta deles possui uma intencionalidade, ou seja que não há neutralidade política.

Considerando-se que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (idem p.31), cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita construir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada pela sociedade capitalista – o proletário. Mas o proletário não pode erigir-se em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. (SAVIANI, [1980] 2013, p.3-4).

É possível compreender que a sociedade capitalista, na qual estamos inseridos, possui uma intencionalidade de manter as desigualdades para que alguns grupos tenham melhores condições em detrimento de outros.

Cabe aqui uma importante ressalva a respeito do aspecto contraditório que recai sobre essa forma de organização social. Se, por um lado, a sociedade capitalista impõe a necessidade de certo nível de difusão do saber, devido ao constante desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, das objetivações humanas, por outro, ela impede que essa difusão se universalize, devido ao interesse em perpetuar uma organização social baseada na exploração de uma classe por outra. (AMPREGHER et. al, 2008, p.83).

Por esse motivo, é relevante refletir a respeito da Pedagogia Histórico Crítica e suas contribuições, de acordo com Saviani

“Na perspectiva da pedagogia histórico crítica a educação não é o principal determinante das transformações sociais e, conseqüentemente, não pode atuar de forma inteiramente autônoma. Ao contrário, sendo uma modalidade da prática social global, a educação só pode impulsionar as transformações articulando-se aos movimentos sociais populares que lutam para superar a ordem social atual.” (SAVIANI, 2019, p. 61).

Ou seja, a ideia é a de trazer cultura e criticidade as classes populares, com a intenção de emancipar esses indivíduos.

Existem os processos educativos formais e os não formais, os formais são os que ocorrem nas escolas com currículo e diretrizes com os conteúdos pré determinados. A educação não formal, é aquela que ocorre em espaços

não escolares e que possui a pretensão de desenvolver potencialidades específicas relacionadas aos objetivos pretendidos.

Na educação não-formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais. (GOHN, 2006, p.29).

A educação não formal é de extrema importância, pois ela possibilita intervenções educativas, com grupos específicos, com o intuito de auxiliar as pessoas a se tornarem cidadãos críticos no mundo.

Reiteramos neste texto a perspectiva que aborda a educação como promotora de mecanismos de inclusão social. Entende-se por inclusão as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar indivíduos atomizados e desterritorializados, em programas sociais compensatórios (GOHN, 2006, p.35- 36).

É possível compreender que a educação não formal, possui o intuito não apenas de incluir os indivíduos em sociedade, mas antes disso possibilitar a compreensão dos direitos humanos e de valores, com uma educação que faça sentido para os participantes.

A proposta do presente trabalho pretende trazer relevância ao papel educativo dentro do espaços prisionais. Abordando os aspectos históricos dos espaços prisionais, as leis que garantem o direito dos indivíduos à educação e o papel do professor no movimento da educação.

Contextualizar aspectos históricos da atuação de professores em espaços prisionais.

Para iniciar a discussão a respeito dos espaços prisionais é importante analisar a dimensão histórica das prisões, sua função e seus principais objetivos. É importante observar os processos educativos do período da antiguidade, para compreender melhor alguns reflexos que existem até os dias atuais, de acordo com Cambi:

Isso vale também para a educação e a pedagogia. A Antiguidade - sobretudo grega - é o armazém dos modelos originários da formação social e humana, dos quadros culturais dessa formação e dos princípios que a regulam (a etnia, o dualismo social, a razão, a linguagem como domínio), mas é também uma galeria de diferenças, de oposições diversas no plano educativo, de modelos de formação

cultural e humana que são alternativos em relação aos do classicismo greco-helenístico-romano e que continuam ainda a falar-nos, mesmo daquela grande distância temporal, como percursos da diferença e lições a recuperar e inserir criticamente no hoje, no nosso tempo que é tão devedor à Antiguidade de suas próprias estruturas. Esse longínquo passado, sob certos aspectos, está diante de nós como um desafio para repensar modelos de pensamento, de comunicação, de formação etc. (CAMBI, 1999, p.55)

É de grande relevância analisar essas questões desse período, que podem ser vistas atualmente em certa medida, uma delas trata-se do dualismo, ou seja, uma realidade da condição humana destinada as elites e outra para a classe trabalhadora. Ainda neste período a sociedade eliminava os indivíduos que cometiam crimes, mas com o passar do tempo essas execuções começaram a ser repensadas, com vistas ao direito à vida conforme ressalta Franzin:

A partir do século XVIII, vai ocorrendo a metamorfose do pecado em crime, do direito divino em Direito Penal, da vadiagem em delito, do coletivo em individual, da penitência em prisão, do confessorário em tribunal. A morte como pena, pouco a pouco, restringe-se a casos especiais, e juntamente com o trabalho forçado começa a ser considerada forma bárbara de punir; assim ganhando espaço, e com tendência à universalização, a pena privativa de liberdade (FRANZIN, 2010, p.22).

Dessa maneira crimes e infrações começaram a ser analisados de outra forma, aqueles que perturbavam a ordem ou não se adaptavam as regras daquele período, eram recolhidos, medidas estas eram consideradas como um bem social comum, tanto para os aprisionados como para a população no geral. A decisão da liberdade ou da reclusão, ficava a critério dos poderosos da época, a justificativa para tal ato, era a de não causar perturbação para os demais cidadãos de bem.

Velhos, loucos, doentes, vagabundos, camponeses expulsos da terra, criminosos e até jovens bem nascidos mas com comportamento condenável eram retirados da sociedade e recolhidos para essas instituições que, alvo de atenções de filantropos, políticos e empreendedores industriais, mereceram inúmeros projetos para transformá-las em oficinas que provessessem com o produto do trabalho dos internos sua própria manutenção. Aliviar a carga paroquial na manutenção dos pobres representou uma das facetas da constituição dessas casas correccionais, a outra parece ter sido a crença no poder inerente a atividade do trabalho para internalizar nos homens as regras de convívio civilizado ou, nas palavras dos homens letrados dos séculos XVII e XVIII, para tornar o homem pobre um ser plenamente moralizado (BRESCIANI, 1986, p. 19).

Os homens influentes da época acreditavam que o comportamento imoral de alguns sujeitos poderia ser moldado por meio do trabalho, dessa forma essas pessoas aprenderiam virtudes de bom comportamento, para se adequar socialmente, enquanto grandes empresas conseguiam a exploração de mão de obra barata, através dos serviços dos aprisionados.

Com o decorrer do tempo, os processos educativos começaram a ser praticados nos espaços prisionais, a historicidade do estado do Paraná mostra que a primeira penitenciária foi criada no ano de 1909, já os primeiros processos educativos começaram a ocorrer apenas no ano de 1982, ou seja após 73 anos. No entanto, é relevante saber que a educação é um direito Universal, considerada como dever do Estado, podemos constatar essa informação na Constituição Federal de 1988, no artigo 205: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para compreender um pouco melhor sobre os processos educativos nos espaços prisionais, me atentei ao documento: Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná, este documento foi escrito pela Secretaria de estado da Educação do Paraná em parceria com a Secretaria de estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, este documento traz as concepções do sistema prisional, um breve histórico dos espaços prisionais, leis, normas, gestão e um panorama geral da organização prisional no Estado. Os privados de liberdade tem suspenso o direito de ir e vir, até o cumprimento de sua pena, no entanto tem o direito à educação garantido por lei, segundo o Parecer CNE/CEB nº 4/2010,

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, um ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas unidades – dirigentes, técnicos e agentes – são educadores e devem estar orientados nessa condição. Todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. (p.14).

Conforme explicitado no parecer, é possível compreender que o intuito principal da educação nos espaços de privação de liberdade é a sua reinserção em sociedade, após o cumprimento da pena. De acordo com Novo:

“O nível educacional geralmente baixo das pessoas que entram no sistema carcerário reduz seus atrativos para o mercado de trabalho. Isso sugere que programas educacionais pode ser um caminho importante para preparar os detentos para um retorno bem-sucedido à sociedade (NOVO, 2017, p.166).

É importante compreender que estamos inseridos em uma sociedade extremamente excludente, com abismos relacionados ao acesso aos meio para subsistência, o que prejudica diretamente o acesso à educação, visto que é papel do estado garantir subsídios para que os cidadãos tenham condições de ter uma vida digna. Conforme ressalta Saviani:

O tipo de sociedade em que nos encontramos é inerentemente excludente, portanto intrinsecamente incapaz de assegurar a humanização e a inclusão de seus membros. Daí a pertinência da inversão do foco indagativo. Dado o caráter excludente desta sociedade, cumpre indagar sobre que tipo de sociedade poderia assegurar a inclusão (SAVIANI, 2019, p. 79).

Por esse motivo é de extrema importância que os processos educativos estejam presentes nos espaços prisionais, para garantir uma humanização dos indivíduos e possibilitar para eles o estudo, que muitas vezes pode ter sido negligenciado anteriormente, inclusive para que esse indivíduo possa ter oportunidades na sociedade, por essa razão podemos compreender a grande relevância do trabalho do professor nesses espaços.

Torna-se importante frisar as contradições, as dificuldades encontradas no exercício do professor nas prisões. Estes são espaços muito complexos, pois possuem suas próprias regras e normas de conduta, por esse motivo a educação nos espaços prisionais é tão desafiadora, principalmente para os educadores que ali trabalham e que vivem cotidianamente com as divergências desses lugares.

“Ao chegar à prisão, o sentenciado traz uma concepção de si mesmo formada ao longo de sua vivência no mundo doméstico. Nesse momento, ele é totalmente despido de seu referencial, pois ao entrar na prisão o sentenciado é desvinculado de todos os seus objetos pessoais, desde a roupa até os documentos. Aqueles sinais “clássicos” de pertencimento à sociedade são subtraídos: ao despir sua roupa e vestir o uniforme da instituição, o indivíduo começa a perder suas identificações anteriores para sujeitar-se aos parâmetros ditados pelas regras institucionais” (FRANZIN, 2010, p.23).

Além do fato mencionado referente a perda de identidade do aprisionado e da dificuldade de adaptação dos encarcerados, é possível compreender que muitos que ali se encontram têm pouco estudo. Conforme ressalta Novo:

“A educação é importante na recuperação, muitos detentos têm baixos padrões de escolaridade. Uma parcela significativa não domina as competências básicas de leitura e escrita, esse baixo nível de escolaridade afetou suas vidas e pode ter contribuído para que cometessem delitos, por isso os programas e projetos de educação nos presídios são importantes para desenvolver nos encarcerados seu senso de autovalorização” (NOVO, 2017, p. 172).

A garantia do estudo, possibilita que esses indivíduos possam vislumbrar um futuro melhor, encontrar novas formas de perceber o mundo, descobrir novas possibilidades e aumentar sua autoestima, que devido a todo o contexto, pode se encontrar praticamente inexistente.

Além dos fatos explicitados, uma outra importante questão, trata-se da formação do professor para exercer sua função de forma satisfatória. Pois, de acordo com Rego e Mello é necessário que este profissional seja “acolhedor da diversidade, aberto à inovação, comprometido com o sucesso da aprendizagem e solidário com as características e dificuldades de seus alunos” (REGO & MELLO, 2002 p. 208). Ou seja, esse professor precisa ter uma boa desenvoltura, empatia, organizar um bom trabalho e saber lidar com as adversidades, que podem desmotivá-lo, visto que seu trabalho está repleto de particularidades.

Educação prisional e a formação inicial e continuada de professores

O curso de pedagogia no Brasil teve seu início em 1939, na modalidade de bacharelado com a duração de três anos que disponibilizava a titulação de técnico profissional, para conseguir o título de licenciatura era necessário cursar mais um ano, por esse motivo o curso era conhecido como esquema 3+1. Para compreender melhor a concepção da profissão de pedagogo, recorremos a Libâneo:

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2009, p. 52).

Com o decorrer do tempo, muitas mudanças permearam a profissão no Brasil, mas desde o início é possível perceber a abrangência da atuação profissional do pedagogo, importante frisar que a profissão precisa sempre estar ligada a uma prática educativa. De acordo com Dominschek e Waloski

No século XXI, podemos afirmar que o aluno formado no curso de pedagogia torna-se um profissional da educação, podendo optar pelo caminho que deseja seguir e, assim, apoiando-se em sua formação continuada, pode se aperfeiçoar de acordo com seus interesses. (2013, p. 163).

É possível compreender que a grade curricular do curso de pedagogia não consegue abranger todas as possíveis áreas de atuação, devido a extensa possibilidade de espaços de trabalho. Dessa forma, torna-se necessário que o profissional que deseja ter uma formação mais aprofundada em algumas áreas como a educação prisional, por exemplo, recorra à formação continuada, pois a grade curricular não aborda efetivamente as competências necessárias para trabalhar nessa área. De acordo com Onofre:

Tem-se reconhecido que a universidade sozinha não é capaz de dar conta de toda a formação, especialmente no que se refere à dimensão prática. Uma alternativa interessante é que as escolas e salas de aula funcionem como laboratórios para a realização de pesquisas, descobertas e conhecimentos que alimentem a própria prática e o campo das investigações. (ONOFRE, 2012, p. 216).

A educação nos espaços prisionais ainda precisa ser muito discutida e repensada, com maiores debates, análise de estudos de caso, de forma a desmistificar alguns pré conceitos concebidos pelos próprios profissionais da pedagogia. Pois é uma área pouco abordada nas universidades e possui um papel social muito importante, pois possui o intuito de possibilitar aprendizados e aumentar a autoestima dos aprisionados, para que estes possam enxergar a possibilidade de um futuro melhor, após o cumprimento de sua pena e o retorno para a sociedade.

A presença de educação escolar nas prisões, além da garantia de um direito humano, afirma a valorização do desenvolvimento e da busca permanente de cada indivíduo em ser mais, constituindo-se como uma possibilidade de intervenção positiva nessa realidade em que prevalece a desumanização. Portanto, restringir a função da educação na prisão à redução da ociosidade e do tempo de pena por meio da remição por estudo é subestimar a potencialidade do trabalho educativo como intervenção positiva na vida das pessoas em situação de privação de liberdade. (ONOFRE, 2016, p. 51).

Como bem pontuado pela autora, a educação prisional deve ser vista com seriedade, pois a educação é um direito humano e a prisão é um espaço

que não educa por si mesmo. Para que essa educação seja efetiva, é importante que os professores e servidores tenham a conscientização da necessidade da educação no ambiente prisional e como ela pode impactar a vida dos aprisionados.

Conforme cita o Parecer CNE/ CEB nº 4 /2010

Compreendendo a educação como um dos únicos processos capazes de transformar o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades, e o educar como ato de criar espaços para que o educando, situado organicamente no mundo, empreenda construção do seu ser em termos individuais e sociais, o espaço carcerário deve ser entendido como um espaço educativo, um ambiente socioeducativo. Assim sendo, todos que atuam nessas unidades - dirigentes, técnicos e agentes - são educadores e devem estar orientados nessa condição todos os recursos e esforços devem convergir, com objetividade e celeridade, para o trabalho educativo. (p.14).

Por esse motivo, é importante esclarecer que o estudo é um direito garantido por lei e o seu real objetivo, para que os funcionários compreendam e respeitem a educação nas prisões. Pois a postura, quando negativa dos funcionários prejudica diretamente no trabalho do professor, pois não há uma ação conjunta que auxilie a valorizar e a promover a educação desses indivíduos.

Os funcionários que pensam assim, geralmente, não aceitam os professores, nem o seu relacionamento com os presos, principalmente quando se caracteriza pelo diálogo, respeito e valorização do outro. Muitas vezes, o agente tem uma oposição ao fato dos detentos estudarem, os professores são chamados por esses de babá de preso. Isso se deve à visão do agente penitenciário de que o preso está lá para sofrer. (FRANZIN, 2010, p. 19, p.20).

Dessa forma, o trabalho do professor nesses espaços, torna-se muito limitado, pois além de se tratar de um espaço tenso, com suas regras e condutas particulares, sem o devido apoio da equipe, o trabalho do professor gera pouco impacto. Por esse motivo, é de suma importância a conscientização da equipe, para que os objetivos propostos sejam alcançados. De acordo com Novo:

O nível educacional geralmente baixo das pessoas que entram no sistema carcerário reduz seus atrativos para o mercado de trabalho. Isso sugere que programas educacionais pode ser um caminho importante para preparar os detentos para um retorno bem-sucedido à sociedade. (NOVO, 2017, p. 167).

Além de possibilitar a reinserção em sociedade, a educação pode promover uma visão positiva do encarcerado sobre ele mesmo, trazendo novas possibilidades, e gerando uma autoestima e uma autovalorização.

Existem casos de detentos que demonstram dotes artísticos, muitos deles se revelando excelentes pintores de quadros e painéis de parede, além de habilidades com esculturas, montagens, modelagens, marcenaria etc. Também, decoram as celas de acordo com sua criatividade e sua personalidade. Estas artes devem ser incentivadas, pois é uma forma de ocupar o preso, distraíndo-o e aumentando sua autoestima. É a chance de mostrar a ele de que existe a esperança de um amanhã melhor além das grades que o separam do mundo exterior. (NOVO, 2017, p. 168).

Dentre tantos aspectos citados, é possível perceber a grande importância da educação nos espaços prisionais e como ela pode colaborar com a visão de uma vida melhor, após o cumprimento da pena. De acordo com Onofre: “há que se assinalar também, que a participação dos professores na definição das políticas educacionais tem sido limitada, e esse fator prejudica a concretização das mudanças desejadas” (ONOFRE, 2012, p. 209). Para que esse trabalho possa ser de fato efetivo, é importante que as políticas públicas destinadas aos espaços prisionais sejam repensadas e que haja uma participação efetiva dos professores nessas decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou trazer a historicidade dos espaços prisionais e seus primeiros processos educativos, trazendo relevância ao trabalho do professor e as principais dificuldades encontradas na implementação efetiva do seu trabalho. Através da pesquisa bibliográfica e documental foi possível compreender alguns avanços, pois atualmente o direito à educação dos aprisionados é garantida por lei.

As prisões por si só não se caracterizam como um espaço educativo, pelo contrário, são locais que emitem muita tensão e possuem uma postura ligada à punição. No entanto, é imprescindível observar que para garantir a possibilidade de um futuro diferente ao aprisionado, após o cumprimento da sua pena, somente a educação pode possibilitar essa mudança, com uma possível visão de mundo e de novas possibilidades futuras.

A formação inicial do professor não garante uma formação adequada para trabalhar nos espaços prisionais, pois os conteúdos são passados muito rapidamente, o que não permite uma formação sólida para exercer a função. Por esse motivo, o professor que escolhe trabalhar nessa área, precisa recorrer a formação continuada para garantir um conhecimento com maior profundidade.

A falta de aceitação do papel do professor nas prisões, pelos demais funcionários é outro aspecto interessante para reflexão, pois essa falta de compreensão da real necessidade dos processos educativos, causa um impacto negativo no processo. Assim como as políticas públicas, ainda não conseguem garantir um trabalho efetivo, por muitas questões burocráticas, como por exemplo, o curto espaço de tempo de estudo, em comparação ao tempo ocioso.

Com o passar do tempo, muitos avanços foram alcançados, como a proibição das execuções em praças públicas e os primeiros processos educativos nas prisões, no entanto ainda permanecem muitas contradições, essas que precisam ser repensadas e modificadas, para que o objetivo de proporcionar um futuro melhor para esses indivíduos possa ser efetivamente alcançado.

REFERÊNCIAS

AMPREGHER PASQUALINI¹, Juliana; MAZZEU, Lidiane Teixeira Brasil. **Em defesa da escola: uma análise histórico-crítica da educação escolar**. Educação em Revista, v. 9, n. 1, p. 77-92, 2008.

BATILANI, Ítalo, GASPARIN, João Luiz. **Pedagogia Histórico-Crítica: a função social da Educação Escolar**. Seminário de Pesquisa PPE, 2015.

BRASIL. Parecer CNE/ CEB N° 4/2010. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Brasília, DF: MEC/ CNE/ SECAD, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária**. Revista Brasileira de História, v. 6, n. 11, p. 7-44, 1985.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Fundação da Editora Unesp (FEU), 1999.

DA GLÓRIA GOHN, Maria. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Rio de Janeiro: Revista Ensaio-Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 14, n. 50, p. 11-25, 2006.

DOMINSCHEK, Desiré Luciane; WALOSKI, Leticia. **A identidade do pedagogo escolar: notas introdutórias**. Revista Intersaberes, v. 8, n. 16, p. 151-175, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná**. Secretaria de Estado Educação. Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/planoedu.pdf>>. Acesso 07. Set. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOVO, Benigno Núñez. A educação prisional no Brasil. **Revista Jurídica Portucalense**, p. 166-181, 2017.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Desafio histórico na educação prisional brasileira: ressignificando a formação de professores... Um quê de utopia?**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 12, n. 47, p. 205-219, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, [1980] 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2019.

Saviani, Dermeval. **Pedagogia Histórico - Crítica, quadragésimo ano: Novas aproximações** - Campinas, SP: Autores Associados, 2019 (coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia: o espaço da educação na universidade**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 130, p. 99-134, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed. São Paulo, SP. Cortez, 2008.